

GRUPO DE TRABALHO (GTMINERA) DESTINADO A DEBATER E ELABORAR PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA A FIM DE ALTERAR O DECRETO-LEI N. 227/67 (CÓDIGO DE MINERAÇÃO)

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021
(Do Sr. Airton Faleiro)

Requer a realização de Mesa Redonda em Santarém (PA) para promover discussão sobre alterações no Decreto-Lei nº 227/67, no âmbito do Grupo de Trabalho – Código de Mineração.

Senhor Presidente,

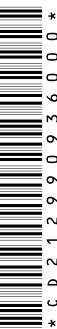
Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e ouvido o plenário deste Grupo de Trabalho, a realização de **Mesa Redonda no Município de Santarém, PA**, com objetivo de promover o debate sobre o setor mineral, no âmbito do Grupo de Trabalho destinado a elaborar proposição legislativa a fim de alterar o Decreto-lei nº. 227/67 (Código de Mineração).

Para essa Audiência, sugerimos a participação dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério de Minas e Energia – MME;
- Representante da Agência Nacional de Mineração – ANM;
- Representante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM;
- Representante do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração;
- Representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC;
- Representante do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE;
- Representante da Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA.

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Pará se destaca no cenário nacional como um dos maiores produtores de minérios do País. Destaca-se, em primeiro lugar, na produção de ferro, bauxita, cobre e caulim, além de ser grande produtor de manganês, níquel, calcário, ouro, gemas e outros minérios de uso na construção civil.



Ocasionalmente, o Estado do Pará é, hoje, um sinônimo de corrida aos minérios mais valiosos, como o ouro, cujo processo extrativista impacta a dinâmica econômica, demográfica e territorial dos principais municípios mineradores da região.

Dentre esses municípios afetados pela expansão de empreendimentos minerais, encontra-se o Município de Santarém, que se localiza no centro de uma das maiores províncias auríferas do mundo. A garimpagem de ouro na bacia do rio Tapajós é permanentemente uma das principais atividades econômicas dessa região, e o que antes era feito com equipamentos rudimentares, passou a usar novas tecnologias para recuperar este bem mineral em maior quantidade. Tal inserção tecnológica, juntamente com o processo de concentração e apuração do ouro, vem provocando, ao longo dos anos, vários impactos socioambientais. Essa mudança tecnológica precisa, a nosso ver, ser contemplada na modernização da legislação, em debate nesse Grupo de Trabalho.

Assim, no âmbito do Grupo de Trabalho para debater o setor mineral e propor alterações legislativas para modernizar o Código de Mineração, consideramos fundamental debater e avaliar a regulamentação dessa atividade mineradora, e buscar soluções para que a modernização da legislação resulte em benefícios para a atividade que envolve milhares de trabalhadores, com a mitigação dos impactos sociais e ambientais.

Desse modo, contamos com o apoio dos nobres pares pela aprovação desse requerimento de extrema importância para o setor.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 2021.

Deputado AIRTON FALEIRO

PT/PA

